

6.3 — E deverá ser acompanhada dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

a) *Curriculum vitae* actualizado, detalhado, datado e assinado, do qual devem constar designadamente, as habilitações literárias, as funções que exercem, bem como as que exerceram, com indicação dos respectivos períodos de duração e actividades relevantes, assim como a formação profissional detida, designadamente, cursos, estágios, especializações e seminários com indicação das entidades promotoras, duração e datas de realização;

b) Declaração emitida pelo Organismo ou Serviço onde o candidato exerce funções ou a que pertence, devidamente actualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria, a posição e nível remuneratórios detidos e respectiva remuneração base, a antiguidade na carreira e na Função Pública, bem como as menções qualitativas das avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos;

c) Declaração de conteúdo funcional emitida pelo Serviço ou Organismo onde o candidato exerce funções ou a que pertence, devidamente actualizada, da qual constem as actividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa, o respectivo tempo de execução e o grau de complexidade das mesmas;

d) Fotocópia legível do certificado de habilitações literárias;

e) Comprovativos das acções de formação profissional frequentadas e relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho a ocupar.

7 — Métodos de selecção:

7.1 — De acordo com a faculdade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 53.º da LVCR, na redacção dada pelo artigo 33.º da Lei n.º 55-A/2010, será utilizado apenas um método de selecção obrigatório — Avaliação curricular (AC);

7.2 — O referido método será complementado por um método facultativo — Entrevista profissional de selecção (EPS);

7.3 — A Avaliação curricular (AC) visa analisar a qualificação dos candidatos, nos termos dos artigos 11.º da Portaria n.º 83-A/2009, e da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da LVCR;

7.4 — A Entrevista profissional de selecção visa avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional dos candidatos, nos termos do artigo 13.º da Portaria n.º 83-A/2009;

7.5 — As ponderações a utilizar para cada método de selecção são as seguintes:

Avaliação curricular — 70%

Entrevista Profissional de Selecção — 30%

8 — A publicitação dos resultados obtidos em cada método de selecção é efectuada através de lista, ordenada alfabeticamente, disponibilizada em www.min-agricultura.pt.

9 — Os candidatos aprovados em cada método são convocados para a realização do método seguinte por uma das formas previstas no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009.

10 — De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º da referida Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas no seu n.º 3, para a realização da audiência dos interessados.

11 — As actas do Júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração dos métodos serão facultados aos candidatos sempre que solicitados.

12 — Serão excluídos do procedimento os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores, num dos métodos de selecção, não lhes sendo aplicado o método de selecção seguinte.

13 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009.

14 — A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação da Secretária-Geral do MADRP, é publicitada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada nos locais de estilo e disponibilizada no portal do MADRP (www.min-agricultura.pt), nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria acima referida.

15 — Júri do concurso:

Presidente — Maria de Fátima Costa Ferreira, Directora de Serviços de Recursos Humanos;

1.º Vogal efectivo — Fernando Messias Lourenço Silva, Coordenador do Núcleo de Administração de Pessoal, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal efectivo — Ana Maria Ramos Pinto Ferreira, técnica superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

1.º Vogal suplente — Alexandra Maria Tabora d'Almada Burguete Fernandes, técnica superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos;

2.º Vogal suplente — Ana Maria do Céu Lazarim, técnica superior da Divisão de Gestão de Recursos Humanos.

2011/02/25. — A Secretária-Geral, *Maria Clotilde Damas Nunes Ferreira de Jesus*.

204403746

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro

Despacho (extracto) n.º 4188/2011

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 1 de Janeiro de 2010, em virtude da alteração de posicionamento remuneratório — regra decorrente da aplicação do disposto nos artigos 46.º e 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, autorizada por meus despachos de 22 de Novembro e de 3 de Dezembro de 2010, com os seguintes trabalhadores:

Nome	Carreira/categoria	Posição remuneratória
Adelaide da Conceição Alves Carmona Neto	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
António Joaquim Pinto de Sousa	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
António Jorge de Almeida Carreira	Técnico superior/técnico superior	7. ^a
António José Baetas da Silva	Técnico superior/técnico superior	9. ^a
António José Coelho Lopes	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
António Salvado Morais	Assistente Técnico/assistente técnico	6. ^a
Belarmino Fajardo Saltão	Técnico superior/técnico superior	9. ^a
Benjamim Eduardo Barbosa Moreira	Técnico superior/técnico superior	6. ^a
Diamantino Jorge Simões Garcia	Técnico superior/técnico superior	11. ^a
Fernando dos Santos Oliveira	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
Francisco Viriato de Matos Viegas e Castro	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
Idílio de Barros Neto	Técnico superior/técnico superior	13. ^a
João Carlos Ferreira Correia	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
João Carlos Garcia Meireles	Assistente técnico/assistente técnico	10. ^a
João Paulo Martins Infante Pereira Benquerença	Especialista de informática/esp. de informática do grau 1	Nível 1/esc 2/ind 460
José Carlos Costa Pereira Cunha	Assistente técnico/assistente técnico	6. ^a
José Carlos da Silva Ribeiro	Técnico superior/técnico superior	8. ^a
José Emídio Conceição Freire	Técnico superior/técnico superior	4. ^a
José Gomes Marques dos Santos	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
Leonel Vieira Amorim	Técnico superior/técnico superior	13. ^a
Luis António Oliveira Proença Vaz	Técnico superior/técnico superior	2. ^a
Luis Manuel de Sousa Alexandre	Assistente Técnico/coordenador técnico	2. ^a
Manuel Daniel Mendes Nabais	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
Manuel Sebastião Anes Barata	Técnico superior/técnico superior	6. ^a
Maria Amélia Gonçalves Antunes Ferreira Cardoso	Assistente técnico/assistente técnico	10. ^a

Nome	Carreira/categoria	Posição remuneratória
Maria Amélia Santos Marrocos Barata	Técnico superior/técnico superior	3. ^a
Maria Ângela Duarte Carvalheiro Pinto Correia	Técnico superior/técnico superior	7. ^a
Maria da Conceição Pereira de Oliveira	Assistente técnico/assistente técnico	6. ^a
Maria de Fátima Nunes Teixeira Fernandes	Técnico superior/técnico superior	6. ^a
Maria Helena Cortês Pinto Marques	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
Maria Manuel Lisboa Cardoso de Carvalho	Técnico superior/técnico superior	5. ^a
Mário Fernando Carrilho Esteves	Chefe de secção (ACTV do Sector Bancário)	Nível 11 (ACTV)
Paulo Jorge Maia dos Santos Quelhas	Assistente técnico/assistente técnico	9. ^a
Paulo Jorge Raposo das Neves	Assistente técnico/assistente técnico	9. ^a
Paulo Renato Frias de Almeida Parreira	Técnico de informática/téc. de informática do grau 1	Nível 1/esc 3/ind 370
Pompeu José Rodrigues Martins	Assistente operacional/assistente operacional	2. ^a
Rui Salgueiro Ramos Moreira	Técnico superior/técnico superior	13. ^a

(Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.)

16 de Dezembro de 2010. — O Director Regional, *Rui Salgueiro Ramos Moreira*.

204401859

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Administração da Região Hidrográfica do Alentejo, I. P.

Aviso (extracto) n.º 6240/2011

Trabalhadores que cessaram funções por aposentação

Nos termos do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 251.º e do artigo 254.º do anexo I à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e para cumprimento do estatuído na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que cessaram funções por aposentação, no período de 01 de Janeiro de 2009 a 31 de Dezembro de 2010, os trabalhadores que abaixo se indicam:

Maria José da Silva — Assistente Administrativa, Principal — em 01 de Março de 2009 — Escalão 2 — Índice 233;

Maria Natália Raimundo Baptista Rodeia Machado — Assistente Administrativa, Especialista — em 01 de Maio de 2009 — Escalão 5 — Índice 337;

Carlos Alberto Marques dos Santos Abreu — Vigilante da Natureza, Especialista — em 01 de Junho de 2010 — Escalão 1 — Índice 337;

Maria do Rosário Caldeira da Silva Tangarrinhas — técnica superior — em 01 de Dezembro de 2010 — Posição Remuneratória entre a 10.^a e 11.^a

25 de Fevereiro de 2011. — A Vice-Presidente, *Rosa Gouveia Catita*.
204402474

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Aviso n.º 6241/2011

Renovação da comissão de serviço de titular de cargo de direcção intermédia de 2.º grau — Chefe de Divisão de Informática

Para os devidos efeitos, torna-se público que por meu despacho de 21 de Fevereiro de 2011, foi renovada a comissão de serviço de João Paulo Palma Antunes Cavaco no cargo de Chefe de Divisão de Informática, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2007 de 28 de Dezembro e no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro. A renovação da comissão de serviço fundamenta-se na avaliação de desempenho verificada, bem como nas actividades e resultados obtidos, conforme expresso no relatório apresentado.

22 de Fevereiro de 2011. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.
204403065

Aviso n.º 6242/2011

Renovação da comissão de serviço de titular de cargo de direcção intermédia de 1.º grau — Director de Serviços

Para os devidos efeitos, torna-se público que por meu despacho de 3 de Fevereiro de 2011, foi renovada a comissão de serviço de Samuel

Constantino Neves no cargo de Director de Serviços de Informação, Gestão e Administração, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66B/2007 de 28 de Dezembro e no artigo 23.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro. A renovação da comissão de serviço fundamenta-se na avaliação de desempenho verificada, bem como nas actividades e resultados obtidos, conforme expresso no relatório apresentado.

22 de Fevereiro de 2011. — A Directora-Geral, *Manuela Proença*.
204405593

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Aviso n.º 6243/2011

Abertura de procedimento concursal comum para provimento no cargo de Coordenador da Unidade de Gestão de Património

1 — Cargo de direcção intermédia de 2.º grau:

Coordenador da Unidade de Gestão de Património
Local: Rua de Santa Marta, 55 — Lisboa

2 — Requisitos legais de provimento:

a) Ser funcionário vinculado à Administração Pública e habilitado com o grau de licenciatura;

b) Quatro anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.

3 — Requisitos preferenciais:

a) Licenciatura em Direito

b) Experiência profissional no desempenho efectivo de funções de gestão e direcção.

c) Experiência profissional no exercício de funções de gestão e direcção na área do património imobiliário público, da vertente patrimonial do urbanismo, do inventário, cadastro e registo predial, dos procedimentos contratuais de permuta, compra e venda, expropriação, doação, cedência, direito de superfície arrendamento e despejo administrativo de bens imóveis, da conservação de bens imóveis e da feita de regulamentos.

4 — Para além dos requisitos legais e preferenciais, no processo de escolha será ponderada a experiência profissional do candidato em matérias relacionadas com os objectivos que se encontram definidos no n.º 4 do Despacho n.º 11538/2010 (2.ª série), de 15 de Julho, e com as atribuições específicas do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., constantes no Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de Abril.

5 — Composição do júri:

Presidente Dr. Carlos Manuel Inácio Figueiredo, Vice Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

Vogais: Prof. Doutor Adriano Lopes Gomes Pimpão, Professor da Universidade do Algarve.